

O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

ALGUMAS EXPERIÊNCIAS do 1.º de Maio de 1964

Não conhecendo ainda completamente a amplitude e extensão das acções dos trabalhadores no 1.º de Maio em todo o país, algumas conclusões podemos já tirar da análise do que se conhece.

Tal como em 1962 e 1963, as lutas, greves e manifestações políticas realizadas na jornada do 1.º de Maio de 1964 pelos trabalhadores portugueses, foram levadas a efeito, correspondendo ao apelo do Partido Comunista e desenrolando-se sob as suas consignas e palavras de ordem. Nenhuma outra força política teve qualquer intervenção na orientação, organização e direcção dos trabalhadores nesta grande jornada da classe operária portuguesa. Esta conquista do nosso Partido, que demonstra a influência e autoridade de que goza entre as massas, deve ser mantida e consolidada.

Isto quer dizer que, graças à acção do Partido, a jornada do 1.º de Maio, dia da solidariedade internacional dos trabalhadores, ganhou no nosso país, além daquele sentido, a característica duma jornada de unidade dos trabalhadores portugueses em luta pelos seus direitos. Isto é, o 1.º de Maio vincou mais o seu carácter de classe.

Chocando-se com a resistência e a repressão fascista a toda e qualquer acção ou manifestação, o 1.º de Maio é igualmente uma jornada política da classe operária como força de vanguarda na luta contra a ditadura fascista. Ganhou força e autoridade entre os trabalhadores a consigna do C.C. do Partido: — «O 1.º de Maio pertence aos trabalhadores! O 1.º de Maio é nosso! Fomos nós, ano após ano, que fizemos do 1.º de Maio o dia mais popular na luta pelo pão, a liberdade e a paz.»

Nos primeiros anos da ditadura o governo tentou particularmente no Norte e de colaboração com a Igreja, fazer do 1.º de Maio uma jornada demagógica de «harmonia» de classes. Mas, em consequência do carácter vincadamente proletário e de luta de classe imprimido pelos trabalhadores às comemorações, de acordo com as consignas do Partido, o governo de Salazar passou a reprimir ferozmente toda e qualquer acção dos trabalhadores nesta data, fazendo tudo para a apagar, reprimindo todas as faltas ao trabalho no 1.º de Maio

e até simples festas de confraternização.

Era um 1.º de Maio, demagógicamente «pacífico» que a ditadura fascista gostaria de generalizar em Portugal. Não o conseguindo, mostra a sua verdadeira cara de feroz inimigo de classe dos trabalhadores!

Para compreendermos e valorizarmos justamente toda a importância e extensão da jornada do 1.º de Maio, devemos considerar esta jornada não apenas limitada às acções e manifestações que os trabalhadores conseguem aqui e acolá levar a efeito no próprio dia 1.º de Maio. Ainda que as acções e manifestações desse dia tenham a máxima importância, sobretudo pelo seu significado político, na jornada do 1.º de Maio devem ser englobadas todas as lutas reivindicativas e outras acções de massas que à voz do Partido e sob o impulso e estímulo da agitação para o 1.º de Maio, a classe operária e as massas populares levam a efeito nos dias e semanas que antecedem esta data. Sob este aspecto, a jornada do 1.º de Maio de 1964 foi uma jornada rica de lutas e ensinamentos. Foi uma grande jornada de lutas reivindicativas e manifestações políticas da classe operária e da juventude estudantil.

Enfrentando valentemente a repressão fascista, muitas dezenas de milhares de trabalhadores e jovens estudantes, de Janeiro a Maio, realizaram por todo o país inúmeras lutas, protestos e manifestações de rua dum significado e alcance político extraordinário.

A crescente maturidade política da classe operária e a consciencialização política de vastos sectores da população, com papel de relevo para a juventude estudantil, foi a nota dominante nesta jornada do 1.º de Maio de 1964.

A par das lutas reivindicativas das massas trabalhadoras por PÃO e TRABALHO, são de destacar, integradas nesta grande jornada política do 1.º de Maio, a agitação e acções contra a guerra colonial, pela PAZ em ANGOLA e na GUINÉ, as acções e vitórias na luta pela AMNISTIA e contra a repressão fascista, as acções e lutas pela LIBERDADE e pela DEMOCRACIA. Assinalemos ainda,



dois importantes acontecimentos políticos — a REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL do PARTIDO em Abril, em plena campanha de agitação para o 1º de Maio, para o qual contribuiu com o seu vibrante apelo à classe operária, e a II Conferên-

cia da F.P.L.N., em Janeiro último.

Posto isto, analisemos alguns aspectos principais da preparação e desenvolvimento da jornada do 1º de Maio.

A AGITAÇÃO

A par da organização e duma justa orientação e direcção, a agitação desempenha um papel fundamental para o êxito duma campanha política como a do 1º de Maio.

A agitação desenvolveu-se em dois grandes planos — através da imprensa do Partido, manifestos, tarjetas, inscrições, cartazes, etc, por um lado, e através da Rádio do Partido — a Rádio Portugal Livre, por outro.

A organização e actuação das brigadas de agitação em todo o país, particularmente nos grandes centros, com especial relevo para Lisboa, pode considerar-se um grande êxito, se tivermos em conta as dificuldades criadas pela vigilância e repressão das inúmeras forças repressivas mobilizadas para o efeito. Uma experiência que se colheu, particularmente em Lisboa e Porto, onde é maior a vigilância policial, foi a importância da composição das brigadas de agitação com activistas jovens, os quais, pelo seu combativo espírito juvenil, rapidez de actuação e dinamismo, estiveram sempre melhor colocados para se subtraírem à repressão fascista. Merece também relevo o espírito inventivo revelado por alguns agitadores ao sugerirem e aplicarem formas e processos de agitação inéditos e mesmo espectaculares, ainda que por dificuldades várias nem todos tenham sido postos em prática.

Revelando um elevado espírito de decisão e audácia, centenas de brigadas de agitação cumpriram valentemente o seu dever, fazendo inscrições, afixando cartazes e distribuindo por todo o país muitas centenas de milhares de publicações. Merece especial relevo, pela repercussão internacional que teve, a audaciosa operação das brigadas que actuaram do alto do elevador de Santa Justa, em Lisboa, as quais lançaram, em pleno dia, muitos milhares de tarjetas e manifestos, anunciando a hora da manifestação, facto que as agências estrangeiras noticiaram através de todo o mundo.

Noutro plano, a acção da RÁDIO PORTUGAL

LIVRE, teve também um papel fundamental. Durante um mês, dia após dia, dedicou quase exclusivamente à agitação e preparação do 1º de Maio os seus quatro períodos de emissão diários. Foi graças à R.P.L. que o apelo do C. Central para o 1º de Maio dirigido aos trabalhadores da cidade e do campo pôde ser divulgado rapidamente pelos quatro cantos do país com tão larga repercussão.

Este apelo do Comité Central, saído da Reunião de Abril, consagrou e generalizou as palavras de ordem do Partido para o 1º de Maio — PÃO e TRABALHO! PAZ em ANGOLA e na GUINÉ! AMNISTIA! LIBERDADE! DEMOCRACIA! — as quais correspondem às grandes aspirações actuais do povo português.

As emissões dirigidas, destinadas especialmente a certas regiões do país e a determinadas empresas e camadas de trabalhadores, com programas escolhidos, foram um dos grandes êxitos do trabalho de agitação levado a cabo pela Rádio Portugal Livre.

Foi ainda através da R.P.L. que vários dirigentes do Partido, incluindo o camarada Álvaro Cunhal, Secretário Geral do Partido, puderam dirigir alocações directas à classe operária e a todos os trabalhadores da cidade e do campo.

No trabalho de agitação, podemos dizer que as principais deficiências verificadas, resultaram principalmente das existentes no trabalho de organização que foram e continuam a ser muitas.

Assim, por exemplo, para além de outras debilidades no trabalho de agitação, verificou-se que em alguns casos as brigadas não dispuseram de meios técnicos para a sua defesa e para assegurar a rápida execução da sua tarefa. Um erro grave, foi o facto de em mais de um caso, camaradas com responsabilidade na organização terem eles próprios feito trabalho de agitadores, com todos os perigos daí resultantes para a continuação do trabalho de organização e para a defesa das organizações do Partido.

A ORGANIZAÇÃO

Mais uma vez o 1º de Maio de 1964 confirmou ser a organização o factor fundamental de todo o trabalho de preparação duma semelhante jornada.

Podemos afirmar que se a manifestação de Lisboa, por exemplo, tivesse sido organizada e dirigida pelo menos com o mesmo cuidado com que foram organizadas as brigadas de agitação que actuaram antes, o êxito da manifestação teria sido muitíssimo maior.

A experiência de todas as manifestações revela

que basta por vezes a iniciativa dum activista para arrastar atrás de si massas consideráveis de manifestantes, se este intervier no momento psicológico e politicamente mais oportuno.

Ora bem, é esta «intervenção», chamemos-lhe assim, que terá de ser sistematicamente organizada e não deixada à mercê da espontaneidade dos manifestantes mais decididos que apareçam no meio das massas. Se queremos assegurar o êxito duma manifestação, num dado local, a uma deter-

minada hora, não podemos descansar na agitação realizada, por mais intensa que tenha sido. É necessário que sejam destacados quadros corajosos, politicamente firmes e capazes, para intervirem, no momento dado, como um factor impulsor e dirigente das massas presentes na manifestação.

Um dos relatos do 1º de Maio em Lisboa, diz que além dos manifestantes que romperam para a Avenida da Liberdade, estavam nos passeios do Rossio muitos milhares de pessoas em atitude de expectativa que poderiam ter sido ganhas para as manifestações, se tivesse sido organizada a sua mobilização através da intervenção de grupos de activistas. Outro relato, revela que um grupo de 50 manifestantes que subia a Avenida da Liberdade, bastante destacado da principal força, voltou para trás para se juntar aos outros manifestantes. Isto, como foi observado, revela também uma deficiente organização e direcção da manifestação.

Há, porém, outras críticas e observações que não têm razão de ser. Está neste caso, por exemplo, a opinião de que a manifestação não devia ter sido organizada e convocada para o centro mas sim para várias zonas periféricas e depois canalizada para o centro por brigadas de activistas. A experiência demonstra que nas actuais condi-

ções, uma demasiada fragmentação dos manifestantes por vários locais de concentração torna mais fácil o trabalho das forças repressivas. Não esquecer que estas dispõem de abundantes e modernos meios de deslocação e comunicação o que lhes permite actuar rapidamente e em força, dispersando e fragmentando qualquer tentativa de concentração prévia em locais periféricos.

Ao contrário do que pensam tais críticos, se uma tal orientação tivesse sido seguida o resultado seria não a dispersão da polícia mas sim a dispersão e fragmentação dos manifestantes em grupos isolados sobre os quais seria mais fácil fazer cair a repressão.

Podemos portanto concluir que a principal falha de organização consistiu no deficiente enquadramento e direcção da manifestação, por quadros políticos activistas, especialmente destacados e instruídos para essa tarefa.

Em manifestações de importância como a do 1º de Maio, é de considerar no futuro a justeza do Partido destinar especialmente para esta tarefa quadros de certo valor político e com condições de legalidade para se movimentarem no seio das massas, dirigindo-as e estimulando-as com indicações e palavras de ordem adequadas.

O QUE FOI A JORNADA DO 1º DE MAIO

Ao apelo do Partido, seguindo as suas consignas e adoptando as suas palavras de ordem, dezenas de milhares de trabalhadores da cidade e do campo, assim como muitos milhares de jovens e outros antifascistas, participaram em todo o país em lutas reivindicativas, protestos, concentrações, greves e manifestações, nos quatro meses que antecederam o 1º de Maio e no próprio dia 1º de Maio.

Vejamos as lutas reivindicativas:

Entre as principais lutas de carácter económico destacamos a intensificação da luta da classe têxtil do Norte, com concentrações no sindicato e a exigência da realização duma Assembleia Geral; a continuação da luta dos operários e operárias da C.U.F., ensaiando novas formas de luta para fazer triunfar as suas justas reivindicações; a luta dos operários da Siderurgia Nacional; as lutas dos operários corticeiros do Sul, particularmente os da Socorex. A luta dos têxteis da Covilhã pela dignificação do seu sindicato cuja direcção o ministro fascista das Corporações pretendia manobrar como um fantoche: a luta vitoriosa dos empregados bancários do país, impondo a revisão do seu contrato colectivo de trabalho, assim como a luta dos jornalistas de Lisboa com o mesmo objectivo. A luta dos operários da Soda Póvoa, Trefilaria e de outras empresas do Baixo Ribatejo, assim como as várias lutas dos trabalhadores das Gafanhas de Aveiro. A luta dos pescadores da mesma região, a valorosa luta dos pescadores de Matozinhos contra o roubo de dinheiro que lhes pertencia. A vitoriosa greve dos valentes pescadores e conserveiros do Algarve não se deixando intimidar com as medidas repressivas do governo e a luta dos operários e empregados dos Telefones em Lisboa. A continuação da

luta dos valentes mineiros de Aljustrel, a despeito da feroz repressão da PIDE que de Dezembro até Abril prendeu cerca de 50 operários. A luta persistente dos operários de cortumes de Alcanena pela assinatura do contrato colectivo.

No campo, destacamos além das constantes lutas dos assalariados agrícolas do Alentejo, a greve vitoriosa durante 5 dias dos operários agrícolas de Alpiarça. A greve, vitoriosa também, dos trabalhadores agrícolas da Vermiosa que, numa esplêndida acção, estenderam a luta aos campos de Almeida e Malpartida onde os trabalhadores aderiram à greve, depois de solicitados a esta acção de solidariedade. Destacamos ainda as lutas dos camponeses da Quarteira, no Algarve, contra o roubo das suas terras, assim como a luta dos camponeses de Vale de Cambra, procurando organizar-se para evitar continuarem a ser roubados pelos organismos corporativos fascistas.

Na luta contra a guerra colonial, são de destacar as lutas, manifestações e agitação dos soldados nos quartéis de Mafra, Sacavém, Beja (infantaria 3), Elvas (Lanceiros 3 e caçadores 8). Nestes quartéis foi feita intensa agitação contra a guerra colonial e num deles foi feito um levantamento de rancho.

Entre as lutas de carácter político, deste período, destacamos a luta dos presos de Peniche e de suas famílias contra as arbitrariedades e a repressão de que são vítimas, assim como as diversas acções e lutas pela Amnistia e contra as medidas de Segurança de que é exemplo vitorioso a libertação do camarada Manuel Rodrigues da Silva.

As lutas estudantis, prolongaram-se por dois



meses. É de destacar a de 14/15 de Março pela comemoração do Dia do Estudante, mais uma vez proibida pelo governo fascista. Esta luta, pelas manifestações de rua a que lugar, teve uma grande repercussão tanto no país como no estrangeiro.

Devido à política reaccionária e fascista do governo de Salazar, que mais uma vez se revelou o pior inimigo da juventude, da cultura e do progresso do nosso país, a juventude estudantil de Lisboa teve de enfrentar a resistência, a má vontade e o ódio repressivo do governo de Salazar para levar por diante a comemoração da sua jornada de confraternização académica. Por isso, a comemoração do Dia do Estudante assumiu um carácter iminentemente político. Cerca de 3.000 jovens universitários, ao enfrentarem as brigadas móveis da P.S.P., e as brutalidades dos bandoleiros da PIDE, nos dias 14 e 15 de Março, concluíram, por si próprios, do carácter fascista do governo de Salazar. Concluíram uma vez mais que este governo jamais será capaz de resolver os problemas da Universidade e os anseios da juventude portuguesa.

Como já dissemos, a jornada do 1º de Maio de 1964 ficará assinalada como uma jornada dos trabalhadores e da juventude estudantil. As suas lutas, tendo origens diferentes e motivos aparentemente também diferentes, conjugaram-se na medida em que se dirigiram contra o inimigo comum — o governo fascista de Salazar. Em mais de uma ocasião puderam observar-se nas ruas de Lisboa nos dois meses de lutas estudantis, operários, ao lado dos estudantes em luta, enfrentando em comum as brutalidades das forças repressivas.

Na jornada do 1º de Maio, operários e estudantes, novamente se encontraram irmanados na luta contra o fascismo. Desta vez, porém, coube a vez dos jovens estudantes se solidarizarem com a classe operária na comemoração do seu dia de festa e dia de luta — o dia 1º de Maio!

Para tanto, fizeram greve na Universidade como protesto contra a repressão que caiu sobre alguns dirigentes estudantis, e participaram activamente na preparação do 1º de Maio e na própria manifestação deste dia.

Na manifestação de Lisboa, mais uma vez correu o sangue da classe operária com o assassinato do trabalhador David Almeida Reis após várias rajadas de pistola metralhadora disparadas pela PIDE, junto do café Palladium. Desta fuzilaria, resultaram feridos muitos outros manifestantes, cujo número e nomes o governo impediu que fossem tornados públicos.

Nas condições do regime fascista, manifestações como a de Lisboa, assim como a greve e manifestação de Alpiarça, constituem grandes acções políticas da classe operária.

Devemos saber colher todos os ensinamentos, tanto positivos como negativos, desta grande jornada. Mas devemos também, ao mesmo tempo, combater toda a ideia derrotista tendente a diminuir-lhe a importância e significado político que realmente teve.

Em qualquer dos países capitalistas onde vigoram as liberdades democrático-burguesas, onde o direito à manifestação e à greve é pelo menos reconhecido formalmente, uma manifestação política que reuna 20.000 ou mesmo 10.000 trabalhadores é considerada uma grande manifestação. Do mesmo modo, uma greve e manifestação de toda a população trabalhadora como a que se realizou em Alpiarça, neste 1º de Maio, é só por si, um grande acontecimento político em qualquer país.

Como admitir então, que se considere de menor valor manifestações semelhantes levadas a cabo sob um regime fascista onde o direito à manifestação e à greve não é reconhecido, onde são sangrenta e selvaticamente reprimidas quaisquer manifestações dos trabalhadores?

Com a manifestação do 1º de Maio, em Lisboa, só poderão ter ficado desiludidos aqueles que à sua volta criaram ilusões. E na verdade, muitas ilusões políticas têm sido tecidas nos últimos anos à volta das comemorações do 1º de Maio. Desde os que só ficam satisfeitos quando neste dia há muitos tiros e muitos vidros partidos, qualquer que seja o volume das manifestações, até aos que criaram a ideia de que nas condições actuais uma jornada do 1º de Maio poderá, só por si, fazer cair o fascismo, todas as ilusões têm sido tecidas à volta do 1º de Maio. Não admira, pois, que logo após verificarem que isso não acontece, que a realidade não se adapta às ilusões que criaram, venham as desilusões e as críticas irresponsáveis.

Porque em uma repressão mais violenta e correu sangue, porque alguns elementos mais exaltados reclamam armas para ripostar (se as tivessem provavelmente não ripostariam ou nem mesmo lá iriam) logo aparecem vozes a criticar o Partido (vozes geralmente dos que não foram lá), afirmando que o Partido não armou os manifestantes para se defenderem e que de mãos vazias as massas não voltam lá, que o Partido não soube prever o que aquilo dava e que nada tinha preparado para começar a seguir a insurreição armada, etc.

As jornadas do 1º de Maio, que se repetem já em três anos sucessivos, constituem uma importante manifestação política de massas e uma grande escola de luta política para a classe operária, a juventude e as massas populares no seu conjunto. No caminho da insurreição popular e do levantamento nacional contra a tirania fascista, constituem etapas muito importantes, contribuindo para a politização e treino combativo de importantes sectores antifascistas, contribuindo para a revelação dos dirigentes populares mais combativos.

Porém, o derrubamento do fascismo é uma tarefa muito mais complexa que exige a colaboração e a unidade das principais forças democráticas e patrióticas; que exige a multiplicação e generalização à escala nacional de acções ainda mais potentes que as verificadas nas jornadas do 1º de Maio. A jornada deste ano, apesar de todas as deficiências verificadas, mostra que estamos no bom caminho.

A REPRESSÃO FASCISTA

A jornada deste ano, foi levada a efeito sob uma constante e violenta acção repressiva da PIDE ao longo dos meses que antecederam o 1º de Maio. Nos principais centros proletários tais como Lisboa, Porto, Margem Sul do Tejo e Alentejo (especialmente em Almada, Barreiro e Aljustrel), Leiria, Caldas da Rainha e Marinha Grande, foram efectuadas muitas centenas de prisões nas quais foram atingidos muitos militantes do Partido e outros democratas mais ou menos conhecidos como tal. Só em Lisboa foram presos centenas de trabalhadores e jovens estudantes; em Aljustrel mais de 50 mineiros, etc.

Além desta acção da PIDE, em todo o país foram realizados numerosos stops à escala nacional e local com buscas minuciosas e atentatórias dos direitos mais elementares dos cidadãos, procurando militantes operários clandestinos e materiais de propaganda. Nos principais estabelecimentos militares foram montados, muito antes do 1º de Maio, dispositivos especiais de segurança e a 29 de Abril todas as forças armadas entraram de prevenção. Os altos comandos das forças repressivas reuniram várias vezes para estabelecerem um plano de repressão conjunto. Na própria marinha de guerra se fez sentir essas medidas, limitando as licenças dos marinheiros e limitando os seus movimentos nos barcos e nos quartéis.

Nas vésperas do 1º de Maio, rafeiros da PIDE au-

xiliados por PSP à paisana, a pé e de automóvel, montaram uma apertada vigilância nas ruas de Lisboa e Porto, procedendo a rusgas e buscas minuciosas. Nalguns casos os transeuntes eram interceptados arbitrariamente por simples suspeita, vasculhando-lhe os embrulhos e mesmo os bolsos e carteiras.

Porém, no próprio dia 1º de Maio pôde observar-se, particularmente durante a manifestação de Lisboa e a de Alpiarça, um certo récuo na acção das forças repressivas. Ao contrário dos anos anteriores, estas só intervieram de forma brutal após a formação dos cortejos e começo das manifestações, nomeadamente em Lisboa. Em Alpiarça, pode dizer-se que as forças repressivas limitaram-se a observar e a controlar o desenrolar da manifestação, não intervindo da forma brutal com que o fizeram nos anos anteriores.

Isto, tanto pode interpretar-se como uma mudança de tática momentânea, como um récuo imposto pela firmeza e persistência dos trabalhadores que, enfrentando a repressão fascista, teimam em manifestar-se ano após ano.

Que a despeito dumã tão generalizada e violenta repressão o 1º de Maio tenha sido o que foi, é mais um motivo de orgulho para o nosso Partido!

Vejamos, finalmente, um importante aspecto tático em que a orientação do Partido não foi justamente compreendida.

DEFICIÊNCIAS DE ORIENTAÇÃO

Um erro esquerdista.

As tentativas para pôr em prática a orientação tática definida pelo Comité Central referente à organização e execução de acções especiais de defesa e auto-defesa das massas, assim como de determinadas acções contra o aparelho repressivo fascista com vista a impulsionar e estimular as acções de massas, levou ao cometimento dum desvio de carácter esquerdista na agitação efectuada para o 1º de Maio.

Ainda que na prática este desvio não tivesse tido quaisquer consequências graves, importa analisá-lo.

O Comité Central do Partido colocou pela primeira vez, em Janeiro de 1963, a possibilidade de «em conjugação com o movimento popular de massas, ao serviço deste e com o objectivo de o estimular» se encarar a organização de novas iniciativas «com vistas à defesa e auto-defesa das massas populares, à agitação em larga escala, ao enfraquecimento da confiança do inimigo, à acentuação das suas dificuldades internas.»

Posteriormente, na Reunião de Agosto de 1963, o Comité Central voltou a formular esta orientação, na «Resolução sobre a linha política e tática do Partido», da seguinte maneira: «No decurso do desenvolvimento popular (greves, manifestações, etc.) é de encarar a organização de acções de novo tipo, para defesa e auto-defesa das organizações democráticas e das massas, para agitação

em larga escala, para dificultar directamente a guerra colonial, etc.»

Destas definições, conclue-se facilmente que a eventual organização de acções de tipo especial é tarefa a levar à prática por organismos especiais que, embora actuando em conjugação com as acções e manifestações de massas e com o objectivo de as estimular, devem desenvolver a sua acção de modo inteiramente independente da acção das próprias massas. Isto é, a acção dos organismos ou grupos para acções especiais não poderá nunca confundir-se, mesmo aos olhos das forças repressivas, com a acção e manifestações das massas.

Isto pressupõe um trabalho de organização e treino particularmente delicado que não pode ser deixado à espontaneidade das massas.

Pelo facto de se tratar dumã tarefa particularmente complexa, ainda desta vez não foi possível ser levada à prática. A Reunião do C. Central, em Abril, constatando este atraso, tomou resoluções e medidas com vistas a vencê-lo o mais rapidamente possível.

O atraso apontado, junto a uma deficiente discussão deste problema por parte da Comissão Executiva quando da preparação do 1º de Maio, originou que alguns organismos do Partido encarassem a organização de acções especiais dum ângulo absolutamente errado, confundindo esta tarefa com a acção dos participantes nas manifestações de massas.



Esta incompreensão traduziu-se numa linguagem esquerdista nos documentos publicados, particularmente nalguns manifestos e targetas. Esta linguagem esquerdista aparece mesmo nalgumas passagens de artigos do «Avante!» referentes ao 1º de Maio, de que é exemplo o artigo do Nº de Março intitulado: «Luchamos do 1º de Maio uma grande jornada de Luta». Nesse artigo, aconselham-se às massas a realização de acções de tipo especial «para fazer dispersar as forças repressivas e num ou noutro lado enfrentá-las com êxito».

Noutros documentos do Partido a linguagem esquerdista aparece ainda mais vinculada. Assim, no manifesto do Comité Local de Lisboa aconselha-se as massas a ir para as manifestações com «Coquetails» (garrafas com gasolina incendiária). Nos documentos publicados pela Organização Regional do Sul, no momento em que o sector estava sob uma violenta ofensiva policial, que atingiu funcionários do Partido e organizações inteiras, onde por esse facto se impunha um recuo organizado, toda a agitação realizada através de manifestos e tarjetas contém a palavra de ordem esquerdista «ataquem a ordem fascista!». Deste sector, bem se pode dizer que a linguagem esquerdista aparece como uma diversão para iludir a dificuldade e incapacidade em organizar coisas bem mais simples e mais viáveis do que aquilo que nos documentos era preconizado.

A Direcção Regional do Norte, sem grande convicção quanto à possibilidade de promover a organização de pacíficas manifestações de massas pelo 1º de Maio, devido à repressão feita no sector, publica um manifesto em que numa linguagem gritante se dá às massas a palavra de ordem de organização de «planos colectivos com objectivos políticos de auto-defesa» (??) Não sabemos, porque não se explica no manifesto, em que consistem esses «planos». Temos porém dúvidas de que os autores do manifesto o saibam também.

A verdade é que não podemos desligar este desvio esquerdista, manifestado por alguns camaradas, da pressão ideológica e da influência do radicalismo pequeno-burguês nas fileiras do Partido. Com a preocupação de não ficarem à direita dos radicais pequeno-burgueses, da sua fraseologia pretensamente revolucionária, há o perigo, como acentuou o Comité Central na sua Reunião de Abril, de caírem em posições esquerdistas.

Na Reunião citada, o Comité Central, ao discutir o problema da preparação do 1º de Maio, considerou que nas condições actuais seria verdadeiramente criminoso que alguém fosse para o seio das massas, durante as manifestações, com a ideia de fazer frente às forças repressivas com armas de fogo ou com bombas. Seria dar pretexto às forças repressivas, armadas até aos dentes, para sujeitar a um banho de sangue a imensa maioria dos trabalhadores que vão desarmados para as manifestações.

Nós sabemos que há quem o deseje para justificar o seu exaltado revolucionarismo verbal. Sa-

bemos que toda a propaganda dos sectários e radicais pequeno-burgueses, principalmente a que é dirigida e enviada do exterior para o país, é tendente a isso. É ainda tendente a isso, a ideia infantil e irresponsável de enquadrar as manifestações pacíficas de massas, com gente armada «para as defender da repressão», como é preconizado em documentos da mesma origem.

A diferença entre o que deseja e diz essa gente e a linha do nosso Partido, como afirma o Relatório do camarada Álvaro Cunhal aprovado na Reunião de Abril do C.C., é a diferença que existe entre a irresponsabilidade e a responsabilidade. Por isso, o nosso Partido jamais subscreverá uma tal orientação.

Nós não dizemos que os trabalhadores não venham a empunhar «coquetails» e mesmo outras armas mais complexas e eficientes para lutar contra o regime fascista e derrotá-lo. Quando alcançarmos esse fase da Revolução o Partido não hesitará em dar essa palavra de ordem, como não hesitará em colocar-se à frente dos operários em armas e conduzi-los à vitória.

É muito provável que nesse dia ao presentirem de facto a Revolução na rua, certos radicais pequeno-burgueses mais exaltados que conhecemos, aqueles que mais «planos revolucionários» traçam, nas mesas dos cafés, se esqueçam de acordar das suas fofas camas ou partam de novo apressadamente para férias, para ir «pescar» ou «tomar ar» no campo, como o fizeram agora nas vésperas do 1º de Maio quando se começou a constar que iria haver acções violentas.

A tendência esquerdista no movimento revolucionário, que tem origem no radicalismo pequeno-burguês, é neste momento o desvio ideológico mais perigoso para a Revolução. Deve por isso ser combatido enérgicamente nas nossas fileiras, através dum esclarecimento e discussão persistentes, dado que a sua influência penetra dentro do Partido através dos elementos de origem pequeno-burguesa que dele fazem parte e através de sectores mais permeáveis a essa influência como são o intelectual e estudantil.

O radicalismo pequeno-burguês que faz da exigência da luta armada imediata a sua bandeira, baseia esta exigência na incapacidade para organizar e preparar a Revolução. Por isso, arvora a sua impaciência e desespero político em teoria revolucionária.

No combate ideológico ao radicalismo pequeno-burguês, devemos por a nú a sua origem social e política. Esta reside na difícil situação em que se encontra, no momento actual, a classe que inspira esta tendência—a pequena burguesia, esmagada pelo poder económico da burguesia monopolista. Pressionada e desesperada por esta situação, sem outra perspectiva política, pretende precipitar a Revolução e dirigi-la em seu proveito, mas à custa do proletariado e do seu Partido—o Partido Comunista.

Se os seus planos correspondem a uma aventura

política é coisa que não preocupa grandemente os sectários e radicais pequeno-burgueses, dada a sua irresponsabilidade política e dado que, ao fim e ao cabo, seria a classe operária a sofrer as consequências dessa aventura.

Como a jornada do 1º de Maio mais uma vez demonstrou, na fase actual da Revolução, as manifestações de massas continuarão a caracterizar-se como manifestações essencialmente pacíficas, tirando daí toda a sua força face ao regime salazarista. A repressão de tais manifestações é uma derrota política para o salazarismo, demonstrando toda a sua debilidade política.

Mas o carácter essencialmente pacífico das manifestações (porque os manifestantes vão e continuarão a ir desarmados) não exclue que reajam violentamente à repressão com os meios nesse momento ao seu alcance como aliás vêm fazendo cada vez mais enérgicamente. Esses meios são, entre outros, as pedras e demais objectos contundentes, o uso da força física para sovar agentes da

PIDE e outros agentes provocadores que estão a actuar cada vez com mais frequência no meio das manifestações; procurar impedir a movimentação das forças repressivas, manifestar-se, enfim, gritando o seu ódio ao regime e popularizando as suas palavras de ordem e as suas reivindicações económicas e políticas.

O Partido deve portanto continuar a orientar as massas neste caminho, corrigindo ao mesmo tempo o atraso em que está na organização das acções especiais que as podem estimular nos choques com as forças repressivas.

Tudo indica que estes choques irão crescendo de violência e de intensidade para o futuro, educando sempre mais e mais manifestantes até à consciencialização colectiva das massas de que só o uso da violência armada poderá derrubar o regime. Este é, quanto a nós, o caminho que conduzirá à insurreição popular e ao levantamento nacional.

Junho de 1964

UMA EXPERIÊNCIA A SEGUIR NO TRABALHO DE ORGANIZAÇÃO

Apesar de ser velha no Partido a orientação de deslocar quadros para regiões ou empresas onde o Partido é débil ou não tem organização, nem sempre os organismos responsáveis procedem de acordo com ela. Entretanto, são muitos os exemplos a demonstrar que tal orientação é não apenas justa, ela é uma necessidade cada vez mais imperiosa e urgente.

O exemplo que a seguir relatamos mostra a necessidade de se encarar este problema com toda a importância que ele tem.

Para uma determinada região do País na qual a influência do Partido era muito reduzida e a influência orgânica nula, foi deslocado um camarada com o objectivo de a furar.

Existem nessa região algumas camadas de trabalhadores relativamente importantes, do ponto de vista provincial, bem como algumas empresas que ocupam de 100 a 1.000 operários. A exploração existente nessa região, quer nas empresas quer nas massas trabalhadoras extra-empresas, não difere grandemente do conjunto do País, ou o fascismo e o patronato não fossem o mesmo em todo a parte.

Mercê do seu tipo de trabalho, que os faz agrupar quando são contratados, os trabalhadores de uma das várias camadas existentes na região, sobressaíam dentre o conjunto dos trabalhadores da mesma, não só pelo seu espírito de classe mas também pela sua combatividade. Foi para esta camada que o camarada enviado se dirigiu e no

seio da qual se misturou.

Houvera, pouco tempo antes do camarada chegar a esse sector, uma luta de certo modo importante, mas de natureza pouco mais que espontânea, ainda que a sua condução tenha revelado já um mínimo de conhecimentos de direcção duma luta.

Passando a conviver diariamente com os trabalhadores, misturando-se com eles, o nosso camarada dentro em breve se aproximou dos que mais se tinham destacado na referida luta. E dentro em pouco um núcleo de organização do Partido nascia no seio dessa camada de trabalhadores. E também, dentro em pouco, as lutas se começaram a travar mais constante e firmemente. Deixaram de ter aquele carácter espontâneo que apresentavam até então e passaram a ser travadas por objectivos bem definidos (aumento de salários, melhores condições de trabalho, objectivos sindicais), organizadas e conduzidas pelos trabalhadores e o seu partido, o Partido Comunista. E à medida que se travava nova luta, a organização alargava-se, pois cada luta trazia mais combatentes de vanguarda.

Com a constituição do núcleo de organização partidária a primeira batalha estava ganha. Tinha-se furado um sector virgem levando até lá o Partido.

Mas passado que foi algum tempo, e isto constituiu outra experiência, verificou-se que apesar das lutas continuarem a desenvolver-se a organização não acompanhava as perspectivas que aquelas abriam, e algumas lutas, como a sindical que



se tinha iniciado tão promissora, não mantinham a continuidade e desenvolvimento adequados à sua importância, acabando por se abandonarem inexplicavelmente. Isto acontecia porque o camarada sendo um excelente quadro de massas, como quase sempre acontece, não era um organizador. Houve, assim, que rectificar esta situação a fim de não se perderem as possibilidades existentes e se cair num impasse. Houve, pois, necessidade de transferir o camarada que tinha cumprido da melhor maneira a sua tarefa e enviar outro camarada a controlar e orientar a organização recém-criada. Feita esta correcção no trabalho de controle, logo surgiu o resultado positivo de tal modificação.

A influência desse sector trabalhador alargou-se a outro sector que, sendo tanto ou mais explorado que ele, até à data não tinha travado qualquer luta com vistas a melhorar a sua situação. E também aqui se começaram já a travar as primeiras lutas.

Começaram a surgir as primeiras ligações para os jovens, cuja percentagem no conjunto dos trabalhadores é apreciável. E quando foi preciso levar as palavras de ordem do Partido para o 1º de Maio, ainda foi a este sector que se foram buscar os agitadores necessários a realizar a agitação

noutros sectores. Esta experiência mostra-nos como é possível penetrar num sector virgem e, criando a organização do Partido, aproveitar as condições existentes para desencadear lutas reivindicativas e outras, consolidando no fim de cada luta a organização partidária.

O que se verificou neste sector, pode e deve-se fazer não só naqueles sectores que embora antigos ainda lá não chegou a organização do Partido, como também naqueles que o desenvolvimento do capitalismo no nosso País está criando. São exemplo disto as fábricas de automóveis que hoje já estão instaladas; os estaleiros navais em construção, os estaleiros das barragens hidroelétricas; as grandes empresas que se estão a formar em virtude da concentração e da chamada reorganização industrial. É todo um vasto campo de actividade, a que é preciso dedicar a maior atenção. Seja destacando camaradas para esses sectores, como no exemplo analisado seja, formando comissões de organização, na base dos camaradas existentes na região, com a única tarefa de penetrar e criar organismos nas grandes empresas, é fundamental que as organizações do Partido dediquem a sua atenção a esta importante tarefa — a tarefa da organização.

EXTRATOS DO RELATÓRIO DO CAMARADA ÁLVARO CUNHAL À REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL DE ABRIL DE 1964

Está presentemente a ser discutido em todo o Partido o projecto de novos Estatutos. Desde de Novembro de 1962 que o projecto está elaborado e aprovado pelo CC. Na reunião de Janeiro de 1963 o CC resolveu editá-lo e pô-lo à discussão do Partido. A discussão faz-se pois com considerável atraso, cuja causa reside nos golpes sofridos nos nossos quadros, nas dificuldades daí resultantes para o nosso trabalho de direcção e também na incompreensão de alguns camaradas acerca da sua importância.

A discussão dos Estatutos do Partido pode e deve ser uma decisiva contribuição para o reforço da unidade ideológica e orgânica do Partido, para o reforço da unidade de pensamento e acção de todo o Partido.

Se esta discussão tivesse tido lugar no momento em que foi decidida pelo CC, sem dúvida que hoje não tropeçaríamos com algumas dificuldades resultantes do desconhecimento por parte de muitos militantes dos princípios que regem a vida do Partido e de graves incompreensões de muitos outros. Pode entretanto dizer-se que, a discussão do Projecto de Estatutos caiu em boa altura, porque se insere no grande debate ideológico que se trava no Partido.

A aplicação dos princípios do centralismo-democrático deve permitir o debate livre, deve permitir que todos os membros do Partido manifestem as suas opiniões e intervenham assim na elab-

oração da orientação do Partido. Mas ele impõe também que tomada em qualquer organismo uma decisão, esta seja obrigatória para todos, estejam ou não de acordo com ela. Nenhum membro do Partido está autorizado a manifestar fora do seu organismo a sua opinião individual, quando contrária à decisão tomada ou à linha do Partido.

A aplicação dos princípios do centralismo-democrático deve permitir que qualquer membro do Partido manifeste aos organismos superiores as suas opiniões, divergências e críticas. Mas, se elas não forem aceites, os organismos inferiores devem cumprir as resoluções e instruções dos organismos superiores.

Estes são princípios fundamentais do Partido do proletariado, tal como os definiu Lênine. Serão intransigentemente defendidos e mantidos.

Tanto os Estatutos aprovados no Vº Congresso do Partido e que estão ainda em vigor, como o projecto de Estatutos agora submetido à discussão do Partido, são inspirados pelos princípios do leninismo. Aqueles a quem estes não sirvam, aqueles que verifiquem que afinal um Partido leninista não é o seu Partido, são naturalmente livres para não permanecerem nas suas fileiras. Mas dentro do Partido não serão toleradas actividades divisionistas, fracccionárias e cisionistas. Não serão toleradas actividades de sapa que queiram transformar o Partido num agrupamento anarquista de pequena burguesia.